

Acumulação por Espoliação e os Antagonismos na Cidade

Raul Trajano Sibemberg*

Resumo: A história recente da acumulação capitalista, além dos processos denominados de globalização financeira e financeirização, também caracterizou-se pelo reordenamento das relações entre a sociedade, o estado e o capital, associado à difusão do paradigma neoliberal, como resposta aos problemas de rentabilidade do capitalismo avançado. O neoliberalismo pode ser interpretado como movimento de restauração do poder da classe capitalista, em sua busca incessante pela alocação rentável do capital sobreacumulado. Essa restauração do poder de classe, associado às trajetórias recentes do capitalismo, manifestou-se em dimensões múltiplas, dentre as quais, na adoção de estratégias e práticas predatórias de acumulação – denominadas sob distintas lentes teóricas como acumulação por espoliação ou *market enclosures*. As cidades, enquanto espaços centrais para a reprodução social do capitalismo, sobretudo após décadas de intensa urbanização, representam um ponto focal dos antagonismos sociais e da mudança institucional. O presente texto busca, a partir de um exame crítico do conceito de acumulação por espoliação enquanto ferramenta de análise dos antagonismos sociais urbanos, compreender algumas das formas através das quais têm se manifestado essas estratégias predatórias do capital nas cidades. Conclui-se que as práticas predatórias de acumulação nas cidades, embora consistam em manifestações distintas, possuem características gerais contempladas pelo conceito de acumulação por espoliação, manifestas na trajetória recente do capitalismo via reorientação da atuação do estado a favor da acumulação. Diante dos problemas de rentabilidade, a cidade vem adquirindo as feições de um balcão de negócios, onde vulnerabilidade é oportunidade.

Palavras-Chave: Despossessão, Espoliações, Predação, Acumulação Primitiva, Urbanização

Accumulation by Dispossession and Social Antagonisms in the Cities

Abstract: The recent history of capitalist accumulation exposes, beyond processes known as financial globalization, the redefinition of the forms in which societies, states and capital relate to each other, through the diffusion of the neoliberal governance, which could be interpreted as a class power restoration process, in which capital seeks to reestablish profits. This trend is observed in especially predatory strategies and practices related to capital accumulation, which give rise to the concept of accumulation by dispossession. Cities, as important spaces in which occurs the social reproduction of capitalism, represent a critical space of social antagonism and institutional change. The present article seeks to examine the concept of accumulation by dispossession as an analytical tool to understand the social antagonisms that take place in the city. It is concluded that cities constitute places of capital accumulation in which distinct manifestations of predation and violence occur daily, exposing the proximity between states and capital, through which the city is molded into a business.

Key-Words: Dispossession, Predation, Primitive Accumulation, Urbanization

* PPGE-UFRGS

INTRODUÇÃO

As formas fraudulentas e violentas de acumulação, que escapam formalmente à reprodução expandida do capital, aparecem na narrativa d'O Capital de Marx nos marcos originários da sociedade capitalista. Não obstante, a maioria - se não todos - daqueles mecanismos descritos sob a rubrica da acumulação primitiva seguem como elementos correntes na história do capitalismo. Autores como Harvey (2003) e Glassman (2006), apontam, além da continuidade, para a crescente importância de tendências e mecanismos predatórios e/ou violentos de acumulação como aspecto constitutivo do capitalismo contemporâneo.

Durante as últimas décadas, tanto a realocação espacial de atividades produtivas quanto o crescimento da acumulação na esfera financeira foram aspectos constitutivos do regime de acumulação. Essa realocação de capital excedente, por sua vez, para seu funcionamento efetivo e para superar a perda de rentabilidade, pode envolver mecanismos que remetem àqueles presentes no contexto da acumulação primitiva. Um longo período de hegemonia das políticas neoliberais teria sido acompanhado por uma contração nas capacidades de intervenção social do Estado, na privatização de ativos públicos e riquezas comuns, na aceleração do processo de financeirização no contexto da desregulação e na globalização financeira. David Harvey (2003, 2005) argumenta que emergem da economia política do capitalismo contemporâneo processos denominados de “acumulação por espoliação”, através dos quais ativos públicos e comuns são cerceados, permitindo o uso privado, excludente e lucrativo dos recursos.

“Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população e geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles.” (HARVEY, 2003, p. 130, 131)

Projetos voltados para o “desenvolvimento” envolvendo concessões, aquisições e arrendamento de terras, em áreas muitas vezes já ocupadas, para corporações privadas, têm se multiplicado no período recente. Empresas construídas a partir de fundos públicos, associadas à provisão de serviços fundamentais como saúde e educação, têm sido privatizadas, oferecendo novas oportunidades lucrativas para a acumulação capitalista. O padrão observado na implementação de políticas, por vezes transparentes, favorecendo às corporações privadas e extratos sociais de maior renda e estoque de riqueza, em detrimento de uma imensa maioria, ilustra, no lugar da separação, a continuidade representada pela acumulação do capital e o poder político.

Nesse contexto, desde 1970, teria se consolidado um novo modelo de governança dos espaços urbanos. O padrão de planos diretores e zoneamentos urbanos teria dado lugar a um planejamento competitivo, flexível, amigável para com – e mesmo orientado - para o mercado (VAINER, 2010). A gestão das cidades por parte do Estado teria se voltado para a atração de capitais, passando a funcionar de forma análoga à de uma empresa em busca de oportunidades lucrativas, subvertendo o planejamento orientado ao interesse comum em um modelo de exceção, de negociação flexível caso a caso.

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO: A REPRODUÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E A PRODUÇÃO DO “OUTRO”

Marx analisa a “assim chamada acumulação primitiva” fundamentalmente como um processo de transformação das relações sociais, no qual são separados os produtores diretos dos meios de produção, transformando os meios de subsistência e produção em capital e os produtores imediatos em trabalhadores assalariados. Os meios através dos quais ocorre tal separação são variados, incluindo a usurpação pela força e as formas institucionalizadas e legais de expropriação. Glassman (2006) sustenta que, embora Marx trate a acumulação primitiva como um processo histórico multidimensional, seu foco primário está na gênese da massa de despossuídos que vem a constituir o proletariado.

A descrição feita por Marx do processo de gênese da sociedade capitalista revela um leque amplo de mecanismos. Dentre estes, a privatização da terra e sua transformação em mercadoria, e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, e outras) em direitos de propriedade privada; a transformação da força de trabalho em mercadoria, com a supressão de formas alternativas de produção e consumo; os processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos; a monetização das trocas e a taxação da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios de acumulação primitiva (HARVEY, 2003).

Embora faça referência a uma complexa economia política em torno das expropriações que marcam a acumulação primitiva, o foco da análise de Marx (2011) está voltado para sua função originária no desenvolvimento do capital enquanto relação social. Perelman (2000) defende que Marx teria considerado que as relações de mercado, e não aqueles mecanismos predatórios presentes na acumulação primitiva, seriam responsáveis pela maior parte das horríveis condições a que estava sujeita a classe trabalhadora. A partir do desenvolvimento do

capitalismo, as pressões silenciosas do mercado constituiriam forma mais efetiva de exploração e subsunção do trabalho que os atos brutais de acumulação primitiva.

As diferentes formas de acumulação e despossessão que se dariam por confluência com mecanismos políticos, distintas daquelas que compõem o funcionamento exclusivamente econômico da reprodução expandida do capital, baseada na extração de mais-valor, ocuparam um papel periférico na sistematização teórica de Marx. Uma recorrente interpretação na literatura marxista é a de que, com o desenvolvimento do capitalismo, tais formas “extraeconômicas” deixariam de ser necessários, dando lugar à atuação exclusiva da compulsão silenciosa dos mercados. O funcionamento dos mercados no capitalismo se encarregaria de reproduzir as relações sociais constituídas sobre a separação entre trabalhadores e meios de produção.

Em todas as formas assumidas pela acumulação primitiva descritas por Marx (2011), o Estado está presente, seja através do exercício da força ou em definições legais que serviram como base para formas variadas de violência, seja no apoio, ou mesmo na promoção da acumulação por meio das expropriações. No relato da acumulação primitiva, as formas econômicas não aparecem separadas de uma realidade que lhes dá substância, onde manifestam-se por meio de complexas mediações. Em contraste com a leitura da acumulação originária, situa-se a ideia de que processos como aqueles expostos sob a rubrica da acumulação primitiva permanecem uma constante na história do capitalismo. Em momento algum teriam as compulsões do mercado constituído mecanismo único em atuação no capitalismo.

Harvey (2003), argumenta que a expansão capitalista no período desde 1970 tem sido mediada através de um processo de alienação de meios de produção, consumo e representação, o que ele descreve como acumulação por predação, força ou violência. Essa forma de acumulação não seria compreendida como originária, mas um elemento corrente do capitalismo, ligada à noção da economia política sobre a expansão do capitalismo através da mercantilização, individualismo jurídico e alienação. Nesses processos, o Estado não estaria apenas implicado no exercício da violência, mas como o agente de furtos legitimados.

Como ponto de partida de sua resignificação da acumulação primitiva, que o leva ao conceito de acumulação por espoliação (*accumulation by dispossession*), Harvey (2003) toma o argumento de Rosa Luxemburgo (1988) de que o capitalismo teria de dispor de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se. Busca, dessa maneira, compreender de que modo o funcionamento do capitalismo o compele a buscar soluções, por assim dizer, externas. Em sua

busca pelo lucro, o capitalismo não somente busca transcender barreiras à acumulação em formas econômicas e sociais distintas, mas possuiria sua própria dinâmica interna de produção do “outro”. “O capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente [...] como produzi-lo ativamente” (HARVEY, 2003, p. 118).

Embora o relato de Marx revele a complexidade dos mecanismos que levam à transição ao capitalismo, enquanto conceito, a acumulação primitiva não seria, segundo Levien (2015), adequada para explicar a persistência de mecanismos e estratégias predatórias em suas variadas formas manifestas sob o capitalismo contemporâneo. O grande avanço na reformulação teórica de Harvey (2003), da acumulação por espoliação, residiria no reconhecimento de que as desposseções constituem-se como produtos do capitalismo, afastando-se do sentido originário. O conceito proposto por Harvey (idem) faz referência às diversas formas das espoliações contemporâneas, distintas e geograficamente dispersas, cuja significância para o capital residiria mais no ativo expropriado que na força de trabalho dos despossuídos.

O conceito de acumulação por espoliação é utilizado como ponte para a explicação do processo de expansão de limites espaciais, políticos e socioeconômicos da acumulação de capital, e expõe uma constante tensão entre as formas de provisão coletiva e a “interminável” acumulação capitalista. Mais do que no avanço do sistema capitalista sobre espaços reprodutivos distintos, a acumulação por espoliação se manifesta através de forças disjuntivas nos conjuntos sociais onde as relações sociais capitalistas já são hegemônicas. A lógica geral através da qual esses processos seriam desencadeados, na leitura de Harvey (2003), seria a produção endêmica de excedentes de capital. O que realizaria a acumulação por espoliação, em comum a todas suas formas, seria a abertura de campos a serem apropriados pela acumulação de capital, por meio de mecanismos e estratégias diferenciadas e politizadas.

A acumulação por espoliação, enquanto conceito, não se define explicitamente em relação à presença de mecanismos extraeconômicos, como fizera Marx em seu relato da acumulação primitiva. No lugar disso, Harvey (2003) teria argumentado que as formas e os mecanismos de acumulação por espoliação seriam primariamente econômicos ao definir as finanças como o mais preponderante mecanismo de acumulação por espoliação. Sem uma definição precisa sobre seus mecanismos, argumenta, não ficaria claro o que esses processos compartilham, ou o que os distinguem das outras saídas encontradas para o problema de sobreacumulação ou da ocorrência “normal” da reprodução ampliada do capital (LEVIEN, 2015).

O amplo espectro de formas de acumulação via mecanismos que não compõem formalmente a reprodução ampliada de capital constituiria a “acumulação por vias extraeconômicas” (GLASSMAN, 2006, pp. 617). O processo de acumulação de capital encontraria tanto fronteiras extensivas (geográficas), quanto intensivas (sociais), e, portanto, a acumulação primitiva, considerada sob a óptica das condições extraeconômicas da acumulação, englobaria um enorme espectro sócio espacial de atividades (GLASSMAN, 2006). A heterogeneidade e complexidade geográfico-histórica dos processos correntes de acumulação primitiva, acumulação por espoliação e acumulação por vias extraeconômicas trazem instigantes desafios analíticos e políticos.

Visando transcender a “acumulação por espoliação”, Levien (2015) propõe o conceito de *regimes of dispossession*, concentrando-se nas maneiras através das quais as desposseções são politicamente organizadas em diferentes contextos sócio-históricos. No centro da conceptualização está o Estado, que viria exercendo, em determinados espaços e momentos, o papel de facilitador da acumulação e dos interesses de uma classe social em detrimento de outra. Para Levien (2015), ao ler todas as instâncias de desposseção como resultados dos impulsos globais do capital, Harvey (2003) deixaria de responder à questão fundamental de por que, em um contexto particular, os impulsos de acumulação traduzem-se em espoliação. Assumir que a disposição do Estado para a desposseção deriva de forma automática das “necessidades” do capitalismo projetaria uma sombra sobre as importantes variações nas formas através das quais ocorrem os processos, além de classificá-los como inevitáveis (LEVIEN, 2015).

Mesmo diante de latentes limitações, a teorização de Harvey (2003) chama atenção para estratégias predatórias de acumulação, por vezes não visibilizadas no debate acadêmico e político, que ameaçam formas de produção social não subsumidas pela acumulação de capital. A conexão geral proposta entre a acumulação por espoliação e a produção e alocação de excedentes de capital em nível global não nega a importância de realizar análises que explorem em nível específico e local as maneiras através das quais relacionam-se os diferentes atores sociais e instituições, produzindo, ou não, a predação e a violência das desposseções. O conceito amplo de Harvey (2003), no lugar de negar, reforça a importância de considerar as especificidades do concreto através das quais se materializa a acumulação de capital, em contextos altamente politizados, onde estratégias, discursos e interesses distintos não são apenas influenciados, mas influenciam a reprodução do capital.

ESPOLIAÇÃO E A PRODUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA

Resta, a fim de cumprir com os objetivos do presente trabalho, examinar em que medida a acumulação por espoliação diz respeito ao contexto das cidades e constitui ferramenta teórica valiosa para a compreensão dos antagonismos sociais próprios destas. Dito de outro modo, considerar se essa categoria geral que faz referência a uma acumulação não subsumida em sua totalidade nos mecanismos formalmente econômicos, revela aspectos sociais importantes no contexto específico configurado pela urbanização capitalista. As cidades e sua complexa teia de inter-relações, para além de constituírem-se em realidades complexas através das quais se expressam as leis gerais do capital, constituem espaços centrais e diferenciados entre si - e dentro de si - onde se realiza a reprodução capitalista, absorvendo influências globais da acumulação capitalista, embora não sejam seu mero reflexo. Sendo espaços centrais da acumulação de capital, as cidades tornam-se espaços não apenas sujeitos à influência, mas a influenciar dinâmica capitalista.

Em parte, por tomar como ponto de partida a teoria da acumulação primitiva de Marx (2011), que tem como um dos seus objetos fundamentais a despossessão de terras camponesas, o conceito da acumulação por espoliação de Harvey (2003) tem sido pouco utilizado como ferramenta analítica no âmbito da urbanização contemporânea. O trabalho de Chanco (2015) volta-se a essa lacuna, buscando analisar a produção de espaços subalternos através do desenvolvimento desigual e crescimento das favelas. Na escala urbana, a expansão dualista de bolsões de precariedade e a expansão dos negócios imobiliários, infraestrutura da larga-escala, e outras formas de riqueza associadas ao espaço, estariam criando novos ciclos de acumulação de capital e despossessão, resultando na expulsão sistemática de populações subalternas através de processos de gentrificação e remoções violentas de assentamentos urbanos vulneráveis (CHANCO, 2015).

A autoconstrução constitui historicamente importante mecanismo de provisão habitacional não mercantilizada no Brasil. Embora não se dê nos marcos mercantis, a autoconstrução, no contexto das cidades capitalistas modernas, surge como resposta a uma exclusão multifacetada, que envolve os mecanismos de mercado, através dos quais não haveria opção de acesso à moradia e outras demandas básicas da reprodução social, mas envolve também a ausência de serviços e amparo públicos. Nesses espaços sociais vulneráveis, o Estado, tradicionalmente ausente, se faz por vezes presente através de despejos e expropriações.

As definições normativas do que vêm a ser espaços adequados para a moradia, bem como as práticas daí decorrentes, explicitariam, segundo Vargas (2016), conflitos, confrontos e tensões em torno de territórios e sobre aqueles que neles vivem, podendo ocasionar em sua desterritorialização. Haveria, em discursos construídos em torno do risco, um esforço pela desqualificação de determinados territórios e seus moradores, que deixam de levar em conta as experiências sociais que o constituem como lugar. “Nesse contexto, o Lugar como espaço do pertencimento se apresenta, ora como estratégia, ora como tática resistente à imposição do ordenamento exógeno proposto ao território” (VARGAS, 2016, p. 538).

O universo urbano brasileiro, segundo Maricato (2003), ainda expressaria características “anacrônicas”, identificadas muitas vezes aos períodos colonial e imperial, como a concentração de terra, renda e poder, o exercício de relações clientelistas e a aplicação arbitrária da lei. Destaca-se o papel da aplicação da lei para a manutenção de poder concentrado e privilégios, nas cidades, refletindo e promovendo a desigualdade social no território urbano. Nessa conjuntura, a ilegalidade em relação à posse da terra, associada a formas de autoprodução social, pode fornecer bases para que a exclusão se realize em sua globalidade, por meio dos despejos e expropriações. Um dos fatores preponderantes para a aplicação da lei diria respeito à valorização imobiliária de determinados espaços até então subalternos nos circuitos do capital (MARICATO, 2003).

A partir de etnografias em torno das múltiplas disputas por espaço em Mumbai e Bangalore, na Índia, além da literatura crítica da geografia urbana, Doshi e Ranganathan (2016) argumentam que os discursos anticorrupção têm se constituído como crítica ética à acumulação e despossessão, expressando o descontentamento quanto às desigualdades, autoritarismo e conluios de usurpação da riqueza comum entre estados e elites. Se por um lado a informalidade se consolidou como modalidade de facto através da qual as populações marginalizadas pelos circuitos da acumulação de capital buscam seu lugar na cidade, a informalidade penetra os domínios legais-rationais de governos e mercado. Um exemplo disso seria o planejamento urbano flexível, que revela como estados se engajam em atividades espaciais de forma a beneficiar determinados grupos de interesses privados em uma tênue linha entre a legalidade e a ilegalidade (DOSHI; RANGANATHAN, 2016).

No contexto brasileiro, a política habitacional incorporada no Sistema Financeiro Habitacional (SFH) e no programa Minha Casa Minha Vida, amparada em um discurso de promoção do direito à moradia, fortaleceu a expansão dos negócios imobiliários para a periferia da cidade, onde destacam-se as aquisições imobiliárias das faixas de menor renda

incluídas no programa. Essa expansão na produção de moradia-mercadoria contribui para a predominância da forma de produção capitalista nos processos de urbanização (RUFINO, 2016). Aparecem, em tais processos, articulações entre Estado e setor imobiliário, uma vez que é de primazia do setor público a função de planejamento e regulação, colocando, na vanguarda das transformações espaciais, a continuidade entre o econômico e o político. Nessas transformações institucionais pelas quais passa o processo de urbanização, a produção imobiliária estaria se dissociando da dinâmica industrial, constituindo em si um importante meio de alocação rentável de capital (VOLOCHKO, 2011).

Lefebvre (1996, apud CHANCO, 2015) ressalta a importância da mobilização de recursos coletivos em torno de novos comuns urbanos, adicionando camadas de complexidade às geografias do medo, despossessão e contestação, além de chamar atenção aos atos cotidianos de resistência que ajudaram a moldar os espaços urbanos. Às práticas que compõem formalmente a reprodução expandida do capital enquanto categoria conceitual, dentre os muros visíveis e invisíveis da cidade, se somam práticas nas quais parcerias contraditórias entre governos e corporações resultam no uso de instrumentos violentos e legais que criam, bem como dão legitimidade, a regimes de propriedade com espacialidades de exceção e exclusão, manifestas nos ciclos amplos de violência aos quais estão sujeitas as populações marginalizadas (CHANCO, 2015).

Os espaços de exceção nas cidades, segundo Chanco (2015), seriam produzidos pela dinâmica geral do capital, como uma relação social. No entanto, suas manifestações geográficas seriam moldadas por articulações específicas do poder do Estado, discursos hegemônicos, diferentes atribuições sociais ligadas aos espaços de contestação, níveis distintos de desenvolvimento das relações capitalistas e integração aos circuitos econômicos globais, graus de resistência social, dentre fatores incontáveis que variam entre distintos lugares (LEVIEN, 2013a, apud CHANCO, 2015).

A cidade de exceção se afirmaria, segundo Vainer (2010), como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político” (VAINER, 2010, p.10).

Encarando o capital como uma força, em oposição a um sistema que a tudo determina, De Angelis (2001) interpreta a acumulação primitiva enquanto condição ontológica da acumulação capitalista, que busca, por meio de diferentes mecanismos e estratégias não exclusivamente econômicos, garantir e reproduzir as condições sociais sobre as quais se assenta a acumulação capitalista. Não se trata de um objetivo direto do capital o cerceamento das formas comuns de reprodução social, uma vez que, como ressalta Glassman (2006), a coexistência de formas não mercantis de reprodução social com a acumulação capitalista possibilitaria a redução nos custos de reprodução da força de trabalho arcados pelos capitalistas. No entanto, a lógica geral da busca pelo lucro leva à predação sobre tais formas comuns uma vez que se apresentem efetiva ou potencialmente como oportunidades rentáveis, seja nas configurações rurais ou urbanas do espaço.

Lefebvre (2000, apud VARGAS, 2006) destaca o sentido simbólico que o território assume, permitindo falar em apropriação como contraposição à dominação: o sentido da apropriação estaria ligado ao valor de uso e, portanto, à multiplicidade, diversidade e complexidade que o território assume; a dominação, por sua vez estaria ligada à sua funcionalidade ou seu valor de troca. A acumulação capitalista, nessa perspectiva, impediria a prevalência da apropriação sobre a dominação, sufocando as potências de “reapropriação” dos espaços já mercantilizados.

“O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para o investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalistas. Os lucros são imensos e a lei (tendencial) de queda da taxa de lucro médio é muito eficazmente bloqueada.” (LEFEBVRE, 1999, p. 164, apud RUFINO, 2016)

Observa-se nas cidades e na produção capitalista do espaço, a ruptura de fronteiras extensivas (territoriais) e intensivas (sociais) da acumulação capitalista, em consonância com a interpretação de Glassman (2006) da acumulação por vias “extra-econômicas”. Em relação ao espaço, e, mais especificamente, nos espaços e lugares das cidades, a reprodução capitalista é sempre politizada, trazendo muitas vezes a marca da violência física e simbólica, ameaçando formas não mercantis de produção social. Embora não façam referência direta ao conceito de acumulação por espoliação, a descrição presente em diversos trabalhos acadêmicos dos mecanismos predatórios de acumulação no contexto da urbanização encontra correspondência nos mecanismos e formas de despossessão que compõe a elaboração de Harvey (2003). Ademais, a formulação funcional do conceito, ligada aos problemas de

rentabilidade do capitalismo, aplicada às cidades, retoma pertinentes questionamentos quanto à produção capitalista do espaço.

A propriedade e o acesso seriam, fundamentalmente, questões de poder e autoridade (WHITE et al., 2012). É das configurações espaciais locais, e da dinâmica que se estabelece entre estas e as redes relacionais mais amplas no âmbito global, que emergem as formas específicas através das quais se desenvolvem as negociações e projetos específicos que levam às expropriações e a consequências sociais, econômicas e políticas específicas na dinâmica de transformação das relações de trabalho e produção do espaço. A análise dos aspectos materiais da produção e reprodução social em contextos altamente politizados – considerando as diferentes formas assumidas pelas relações de poder – permitiria maior entendimento das interconexões entre o espaço e as economias políticas do desenvolvimento. (Wolford et al., 2013).

CONCLUSÃO

Nota-se que inúmeras manifestações do que Harvey chama de acumulação por espoliação encontram correspondência em estudos empíricos críticos quanto à cidade. As práticas predatórias e violentas de acumulação, com ampla participação do Estado, são traços marcantes do padrão recente de urbanização em escala global, produzindo novas formas de desigualdade e novas configurações dos antagonismos sociais. No entanto, o conceito, cuja limitação se inscreve em sua generalidade, não explica as distintas e heterogêneas manifestações histórico-geográficas que lhe consubstanciam.

Para que sirva de ferramenta de análise dos processos de urbanização capitalista, o emprego do conceito de acumulação por espoliação encontra dois principais desafios. Um desafio que se coloca para trabalhos acadêmicos que façam uso da teorização de Harvey (2003) reside na caracterização precisa do conceito, algo que, para comentadores como Levien (2015), não teria sido atingido pelo autor. Além disso, trata-se de uma categoria abstrata que diz respeito a inúmeras tendências, processos e mecanismos, que se configuram em contextos histórico-geográficos heterogêneos. Para aprofundar análises dessas formas específicas através das quais manifesta-se a acumulação por espoliação, são necessários estudos precisamente localizados. É nesse sentido que se coloca a proposição teórica de Levien (2015), dos regimes de despossessão.

No sentido mais geral, o conceito de Harvey diz respeito às contradições da acumulação capitalista que não são subsumidas pelas formas econômicas, uma vez que não se pode, através dessas, explicar a complexidade da produção do espaço. Para observar a relação entre a reprodução capitalista e a produção social do espaço, convém retomar as contribuições teóricas de Lefebvre (1996, 1999) sobre as contradições próprias da urbanização capitalista. O conflito que se colocaria entre as potências sociais de “reapropriação” e o ímpeto da acumulação de capital, expresso por meio da dominação é de fundamental importância para a compreensão dos antagonismos sociais que se manifestam e surgem nas cidades.

Se, por um lado, a utilização da categoria de Harvey (2003) per se é insuficiente para compreender a acumulação de capital em contextos politizados como a produção do espaço e a urbanização, o conceito fornece uma forte fundamentação teórica para estudos empíricos que fazem referência à transgressão das fronteiras territoriais e sociais do capitalismo. A relação funcional da acumulação por espoliação com as leis gerais da acumulação capitalista, que se expressam na tendência à queda da taxa de lucro, propõe uma explicação sólida a respeito das confluências recentes entre capitais e estados após a década de 1970, e, no contexto das cidades, entre governos e incorporadoras, assentadas na crescente importância dos negócios imobiliários para a acumulação capitalista. Embora consistam em manifestações heterogêneas, as práticas predatórias de acumulação na cidade estariam apoiadas em uma lógica global de governança neoliberal em que a cidade vem adquirindo as feições de um balcão de negócios, onde vulnerabilidade é oportunidade.

Referências Bibliográficas

CHANCO, C.J. Squatters of Capital: regimes of dispossession and the production of subaltern sites in urban land conflicts in the Philippines. In: LAND GRABBING, CONFLICT AND AGRARIAN-ENVIRONMENTAL TRANSFORMATIONS. Conference Paper 23. Chian Mai University, Jun 2015.

DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital's 'enclosures'. *The Commoner*, 2, 2001. (disponível em www.thecommoner.org).

DOSHI, S; RANGANATHAN, M. Contesting the Unethical City: land dispossession and corruption narratives in urban India. *Annals of the American Association of Geographers*, 2016, 1–17.

GLASSMAN, J. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 5, 2006. pp. 608-625.

HARVEY, D. (2003) O novo imperialismo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LEFEBVRE, H. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

LEFEBVRE, H (1996). *O Direito à Cidade*. São Paulo, Centauro, 2006.

- LEVIEN, M. (2013a). Regimes of Dispossession: From Steel Towns to Special Economic Zones. *Development and Change*, v. 44, n. 2, 2015. pp.381-407.
- _____. From Primitive Accumulation to Regimes of Dispossession: Six Theses on India's Land Question. *Economic & Political WEEKLY*, v. 50, n. 22, 2015.
- LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARICATO, E. Metr pole, Legisla o e Desigualdade. *Estudos Avan ados*, v. 17, n. 48, 2003.
- MARX, K. (1867). O capital, livro 1: O processo de produ o do capital. 24^a edi o. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2011.
- PERELMAN, M. The Invention of Capitalism: classical political economy and the secret history of primitive accumulation. Durham, NC: Duke University Press, 2000. 424 p.
- RUFINO, M. B. C. Transforma es da Periferia e Novas Formas de Desigualdades nas Metr poles Brasileiras: um olhar sobre as mudan as na produ o habitacional. *Cad. Metrop.*, S o Paulo, v. 18, n. 35, abr 2016. pp. 217-236.
- VAINER, C. Cidade de exce o: reflex es a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- VARGAS, M. A. R. Moradia e Pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabiliza o. *Cad. Metrop.*, S o Paulo, v. 18, n. 36, jul 2016. pp. 535-557.
- VOLOCHKO, D. (2011). *Novos espa os e cotidiano desigual nas periferias da metr pole*. Tese de Doutorado. S o Paulo, Universidade de S o Paulo.
- WHITE, B et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. *The Journal of Peasant Studies*, n. 39, v. 3-4, 2016. pp. 619-627.
- WOLFORD, W. et al. Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. *Development and Change*, v. 44, n. 2, 2013. pp.189-210.